



O IDEÁRIO NEOLIBERAL: A FORMAÇÃO DO SUJEITO EMPREENDEDOR¹

Felipe Da Silva Duque²

Resumo

O presente trabalho tem como ambição explorar a emergência do bloco neoliberal neoconservador a partir dos seus intelectuais formuladores, especialmente Ludwig von Mises e, diante disso, compreender sua proposição de formação para o ideário de um novo sujeito: o empreendedor. Nessa nova dinâmica, o Estado burguês assume a função de potencializar o homem-empresa e desloca-lo de qualquer concepção que o sintonize à condição consciente de trabalhador, ou seja, o afasta de um propósito coletivo e transformador de mundo para o fortalecimento da meritocracia. Nesta empreitada, o artigo se divide em três partes: uma breve introdução acerca da decadência do bloco histórico social democrata keynesiano, a formulação do pensamento de Mises para a construção desse novo sujeito e, por fim, comentários reflexivos em torno do que foi acumulado.

Palavras chave: Empreendedorismo, Ludwig von Mises, Neoliberalismo

LA IDEA NEOLIBERAL: LA FORMACIÓN DEL SUJETO EMPRENDEDOR

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo explorar el surgimiento del bloque neoliberal neoconservador a partir de sus intelectuales formuladores, especialmente Ludwig von Mises y, desde allí, comprender su propuesta de formación para el ideal de un nuevo sujeto: el empresario. En esta nueva dinámica, el estado burgués asume la función de empoderar al hombre emprendedor y desplazarlo de cualquier concepción que lo sintonice con la condición consciente de trabajador, es decir, el fortalecimiento de la meritocracia. En este empeño, el artículo se divide en tres partes: una breve introducción sobre la decadencia del bloque histórico socialdemócrata keynesiano, la formulación del pensamiento de Mises para la construcción de este nuevo tema y, finalmente, comentarios reflexivos sobre lo que se ha acumulado.

Palabra clave: Emprendimiento, Ludwig von Mises, Neoliberalismo en la educación.

THE NEOLIBERAL IDEA: THE FORMATION OF THE SUBJECT ENTREPRENEUR SUMMARY

¹ Artigo recebido em 19/01/2023. Avaliação em 26/01/2023. Aprovado em 20/03/2023. Publicado em 31/03/2023

² Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9505-1553>. E-mail: felipeduque@id.uff.br.

Abstract

The present work aims to explore the emergence of the neo-conservative neoliberal bloc from its formulating intellectuals, especially Ludwig von Mises and, from there, to understand his proposition of formation for the ideal of a new subject: the entrepreneur. In this new dynamic, the bourgeois state assumes the function of empowering the entrepreneurial man and displacing him from any conception that tunes him into the conscious condition of worker, that is, the strengthening of meritocracy. In this endeavor, the article is divided into three parts: a brief introduction about the decay of the Keynesian social democratic historical bloc, the formulation of Mises's thinking for the construction of this new subject and, finally, reflective comments about what has been accumulated.

Keywords: Entrepreneur, Ludwig von Mises, Neoliberalism in Education

Introdução

O artigo tem como proposta introduzir a discussão acerca do debate sobre empreendedorismo a partir da formulação do intelectual neoliberal Ludwig von Mises (1881-1937). Ele é dividido em duas partes, a primeira contém uma breve contextualização da decadência do bloco histórico social democrata keynesiano e a emergência do bloco neoliberal neoconservador, a partir dos anos 1970, em resposta a uma crise evidenciada da classe dominante e a busca da formação de um novo sujeito.

Já num segundo momento, há o diagnóstico de quais são as prerrogativas formadoras desse novo sujeito no contexto neoliberal, além das relações com o discurso do individualismo que balizam a função de uma ontologia do ser na visão dos intelectuais desse modelo de pensamento, diante da tarefa de explorar o papel do Estado na construção desse novo indivíduo, distanciado do ideário coletivo e próximo à concepção soberana do mercado. E, por fim, nas conclusões finais, se estabelecem reflexões em torno do que foi acumulado com a ponderação de questões desenvolvidas no decorrer do presente artigo.

A decadência do bloco histórico social democrata keynesiano e a emergência do bloco histórico neoliberal e neoconservador

O período demarcado de 1950-1970 é compreendido pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (2013) como *era dourada do capitalismo*. Tal contexto se notabiliza, fundamentalmente, por uma relativa estabilidade econômica dos países de centro desse

sistema. Essa relativa estabilidade tem seu alicerce teorizado a partir das ideias do economista John Maynard Keynes (1883-1946). Seus escritos apresentavam o capitalismo como um modo de produção passível de regulação, ou seja, caberia ao Estado intervir cirurgicamente para que fenômenos como a crise de 1929 não se repetissem.

Keynes achava que uma política governamental anticíclica correta, particularmente (mas não apenas) em setores como tributação, oferta de dinheiro, expansão e contração de crédito, taxas de juros (“dinheiro barato”), obras públicas e especialmente déficits orçamentários (“financiamento da economia por meio de déficits orçamentários) e excedentes orçamentários, poderia garantir o pleno emprego, ou quase, e uma taxa significativa de crescimento econômico por longos períodos, talvez para sempre. (BOTTOMORE, 2001, p. 207).

Sintonizado a essa intervenção, cabia ao Estado promover uma suposta conciliação das classes a partir de uma política que determinasse a contemplação de algumas questões sociais, naquilo que ficou conhecido nos países ocidentais do centro capitalista como *Welfare State*, ou seja, *Estado de Bem-Estar Social*. Previsivelmente, essa determinação se esgota a partir dos anos 1970 com a crise do bloco histórico em questão e a emergência do ideário neoliberal. Compreendemos o bloco histórico a partir de Antonio Gramsci (1891-1937), como um vínculo orgânico da estrutura e superestrutura, o qual Portelli (1977) melhor define como:

Como uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente das relações com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais. (p. 15)”.

Ou seja, para Gramsci (2011, p. 187), o bloco histórico deve ser compreendido como o “conjunto complexo e contraditório das superestruturas”, onde o mesmo “é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. A partir dessa noção de bloco histórico é que resgatamos a notável crise do que entendemos como o bloco *social democrata keynesiano*, para a emergência do *neoliberal conservador*. Isso ocorre diante das limitações naturais do processo de acumulação de capital; nesse contexto, dentre outros fatores, destaca-se a reação dos países exportadores de petróleo em 1973, que elevam seus insumos e promovem junto as nações imperialistas uma rearticulação de suas condições exploratórias.

A partir dessas movimentações desses países, as nações localizadas nos territórios centrais do capitalismo, afetadas pela alta dos barris de petróleo, irão incorporar e reproduzir às proposições das relações de produção e administração do Estado burguês. Os capitalistas adotarão elementos que visassem a superexploração do trabalho, num horizonte de dissolução dos vínculos de longo prazo do trabalhador em seu local de labuta e a redução de direitos em reflexo à flexibilização do modelo de produção como desdobramento da minimização do modelo fordista taylorista, e adesão ao toyotismo. Antunes (2011, p. 32-33) destaca que, diferente do fordismo, a produção no toyotismo é voltada e conduzida pela demanda e não pela oferta. É o que determina o que será produzido, ao contrário da produção em massa do fordismo. A produção é sustentada no estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (seja transporte, controle de qualidade e estoque) é garantido pelo *just in time*. Nessa nova ordem, o respaldo produtivo é a exigência mais individualizada do mercado, ou seja, a produção se sustenta num processo produtivo flexível onde o operário opera várias máquinas, devendo ser polivalente e genérico, multifuncional. O trabalho passa a ser realizado em equipe, ao contrário do trabalho parcelar do fordismo³. Diferente do verticalismo deste último, o toyotismo lida promove a horizontalização estendendo a produção às subcontratadas, ou seja, às pequenas e médias empresas terceirizadas.

É importante destacar que nesse novo período ocorre uma redução considerável do trabalhador fabril, a classe operária industrial tradicional. Porém, em resposta a isso, há um aumento do subproletariado⁴ assalariado no setor de serviços. O resultado disso para a classe é sua heterogeneização, fragmentação e complexificação (Antunes, p. 58). Adicional a isso, temos a fragmentação dos trabalhadores como desdobramento da flexibilização das funções e sua divisão em dois subgrupos fundamentais: os de trabalho integral, com habilidades de fácil capilarização no mercado, como o pessoal do setor financeiro, secretárias, basicamente, áreas de trabalho rotineiro e manual menos especializado, caracterizados por uma alta rotatividade no trabalho, aqueles na periferia do mundo do trabalho, aquilo que Braga (2012, p. 19) chama de *precarizado*, ou seja, basicamente “parte da classe trabalhadora em permanente trânsito

³ Se extingue a condição um operário/uma máquina do fordismo.

⁴ Compreendemos subproletariado aqui como aquele trabalhador ocupado em empregos temporários, precarizados, subcontratados, “terceirizados” e/ou incluídos na economia informal.

entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica”, sinteticamente, os empregados de tempo parcial, empregos casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público – estes últimos têm ainda menos segurança de emprego do que o primeiro subgrupo.

Logicamente, em comparação ao operário padronizado do fordismo, esse novo trabalhador traz consigo uma complexidade, pois o constante uso das tecnologias, a nova condição polivalente, a intelectualização do trabalho manual, a nova dimensão organizativa, temporal e espacial⁵ e nova condição onde o trabalho sofre metamorfose no processo de produção, conforma explora Antunes (2011, p. 53), sendo que agora o trabalhador se comportará como supervisor e regulador em relação ao processo produtivo.

Em sintonia a essas questões pertinentes às relações de produção, temos proposições diferenciadas para a administração do Estado burguês, com aquilo que se determinou de privatizações, a partir de uma tática que compreendia a necessidade de redução do setor público e ampliação agressiva do setor privado. Thatcher⁶ iniciou esse procedimento experimental na Grã-Bretanha – no centro do capitalismo - com a justificativa de que livraria o governo das obrigações futuras com empresas deficitárias. A estratégia foi “enxugá-las” com demissões de trabalhadores para potencializar seu valor nos leilões de entrega do patrimônio público:

Em vários casos, esconderam-se subsídios na própria forma de avaliação – empresas de água e esgotos, estradas de ferro e mesmo empresas geridas pelo Estado no setor automobilístico e na indústria do aço detinham propriedades fundiárias em locais nobres de alto valor, o que foi excluído das avaliações de maneira definitiva. A privatização e os ganhos especulativos da propriedade vendida caminharam de mãos dadas. [...] A British Aerospace, a British Telecom, a British Airways e empresas nas áreas do aço, da eletricidade e do gás, do petróleo, do carvão, da água, dos serviços de transporte rodoviários, estradas de ferro e muitas outras empresas estatais menores foram vendidas numa maciça onda de privatizações (HARVEY, 2011, p. 70).

⁵ “As pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. [...] A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho em equipe [...] que serve a uma política flexível. Apesar de todo o arquejar psicológico da administração moderna sobre o trabalho de equipe no escritório e na fábrica, é o etos de trabalho que permanece na superfície da experiência. O trabalho em equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante”. (Sennett, 2010, p. 117-118).

⁶ Foi primeira-ministra do Reino Unido (1979-1987).

Essa entrega do Estado ao grande capital, para a exploração privada e lucrativa, inclusive complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros) avançou para os países periféricos numa sintonia entre desnacionalização e acordos corruptos de favorecimentos das elites locais⁷.

Dentre outras características deste bloco histórico que despontava, essa equação das novas relações de produção e de uma reformulação da administração do Estado burguês com a redução do público, temos a nova dinamização estabelecida: neoliberalismo e neoconservadorismo. Para sustentar tal proposição, devemos resgatar os estudos de Gramsci que compreendem que, para a cimentação ideológica de uma nova visão de mundo, há intelectuais⁸ responsáveis por formular tais representações, para que se desenvolvam mecanismos de difusão de tais ideias⁹, para, em seguida, reproduzi-las como naturais, que é o que veremos a seguir.

Os formuladores desse receituário neoliberal neoconservador se destacarão por desenvolverem uma concepção onde a centralidade de crença da nossa sociedade deveria ser legitimada a partir do mercado, ou seja, a *ontologia do ser é o empreendedorismo* e para isso todo aspecto formativo deveria se restringir a potencializar essas características, portanto, qualquer coisa diferente estaria em desencontro com a essencialidade da nossa espécie.

Mises e a formação para o empreendedorismo: o homem-empresa

⁷ A “privataria tucana” e o favorecimento de quadros do PSDB como o José Serra e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso são um caso emblemático desse processo no Brasil, assunto relatado pelo jornalista Amaury Ribeiro Junior no livro que traz no título a expressão entre aspas citada (Geração Editorial, Belo Horizonte, 2011).

⁸ Gramsci (2011, p. 269) compreendia o Estado num sentido diferente daquele atribuído a burguesia – que o vinculava a governo. Para o autor italiano, o Estado era representado por uma “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”, ou seja, a primeira trataria de aspectos mais coercitivos como o judiciário e os organismos repressores como a polícia, enquanto o segundo, teria a função de desenvolver formulações para a manutenção de uma fração dirigente através do consenso, por exemplo, a mídia, escola, cultura etc. Logicamente, o filósofo italiano compreendia ambos como vinculados dialeticamente e, em contextos específicos, dada a formação e o contexto de uma sociedade civil especificada, com um sendo mais acionado que o outro.

⁹ Gramsci os chama de Aparelhos Privados de Hegemonia.

Antes de avançamos melhor nessa caracterização, é importante registrar os protagonistas de tal concepção. A crítica ao keynesianismo, com suas formulações acerca do Estado intervencionista, é objeto de discussão de um grupo de intelectuais do *Mont Pelerin Society*, na Suíça, o *Institute of Economic Affairs*, em Londres e a *Heritage Foundation*, em Wasghinton a partir de 1947.–Figuras como o ganhador do prêmio Nobel de 1974, Friedrich Hayek, além de Lionel Robbins, Karl Popper, Mises e Milton Friedman reformarão o liberalismo clássico para um viés agressivo que se aproprie, inclusive, de aspectos da psique do novo sujeito, compreendido aqui como sintonizado a um modo de produção capitalista de “oportunidades iguais”, onde o mérito seria alcançado por esforços individuais diante de um homem-empresa que compreendesse inequivocadamente como lucrar a partir da demanda de consumo da população.

Para responder a essa nova lógica, o mercado seria o comandante de todas as instâncias do processo de reprodução da sociedade. Alguns tópicos norteariam essa nova fé travestida de doutrina econômica como:

Limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Com o passar do tempo, juntaram-se a esse conjunto de prescrições regras de pilotagem de juros, câmbios e finanças públicas que, algo contraditoriamente, transformam a política econômica neoliberal numa Business Administration de Estado (PAULANI, 2006, p. 71).

Essa relação de dissolução do público no Estado burguês deveria, portanto, estar conectada a elementos de construção de um novo modo de vida, ou seja, uma condição onde as demandas sociais deveriam ser atacadas como fomento a um sujeito naturalmente empreendedor. Uma concepção seria produzida com vigor nas formulações dos intelectuais neoliberais onde ocorre um curioso binômio Estado forte para a adaptação dos sujeitos à dinâmica meritocrática e individual, e Estado mínimo para as relações mercadológicas, proposição que fortalece o jargão do neoliberalismo neoconservador através do “liberal na economia e conservador nos costumes”, condição abordada por Silva (1995, p. 18):

A retórica liberal pode pregar um Estado mínimo e menos governo exatamente porque a constituição histórica da sociedade capitalista pode ser equacionada com a dispersão dos centros de poder e de governo das populações, embutidos numa série de dispositivos institucionais e em inúmeros mecanismos da vida cotidiana. A aliança neoconservadorismo/neoliberalismo não dispensa o controle e a regulamentação central da vida das populações – o Estado mínimo na retórica liberal significa apenas menos regulamentação da atividade econômica do capital, mas na sociedade contemporânea eles já não são menos centralizados.

Podemos compreender, portanto, o neoliberalismo como natural a essa égide em sua essência: *mais Estado* para a garantia plena do processo de reificação da vida, ou seja, o alargamento da concepção mercadológica, meritocrática ou competitiva, característica desse modelo no âmbito privado do modo de vida, mesmo que muitas vezes tal procedimento se confunda com questões conservadoras como Igrejas neopentecostais e a teologia da prosperidade¹⁰, e *menos Estado* no processo de regulação dos meios de produção, com destaque para as empresas estatais e públicas, além das trocas comerciais transnacionais.

O intelectual neoliberal Mises é taxativo nessa questão. Em *A mentalidade anticapitalista* (2010), ele direciona críticas pautadas numa base argumentativa do anticientificismo. Essa obra em questão é fundamental na história do autor, pois conjuga o contexto do período macarthista¹¹ e um oportunismo, momento para a defesa do capitalismo numa discussão de viés altamente subjetivo.

Vejamos esta crítica direcionada a um sujeito construído sob a ótica imagética de Mises a qual ele categoriza como “colarinho branco”:

Por outro lado, esse empregado, como os demais profissionais, sofre com a convivência diária com pessoas que obtiveram mais sucesso do que ele. Vê alguns companheiros de trabalho que começaram no mesmo nível progredirem na hierarquia da empresa, enquanto ele fica para trás. Ainda ontem Paulo e ele estavam no mesmo nível. Hoje, Paulo tem um cargo mais

¹⁰ Com uma profunda popularização a partir dos anos 1990, a teologia da prosperidade é uma releitura da Bíblia que ponteia uma relação pactual com Deus e a Igreja na doação de bens e renda tem como desdobramento o acúmulo de riquezas por parte do fiel.

¹¹ Fortalecido por um período de anticomunismo, os EUA desenvolveram uma política conspiratória de invasão soviética ao país. Promovido pelo senador republicano Joseph McCarthy, iniciou-se um período conhecido como “caça às bruxas” que perdurou de 1950-1957, onde se levantavam falsas suspeitas de colaboração com os comunistas, principalmente no campo do jornalismo e nas artes.

importante e ganha mais. Ainda assim, ele acha que Paulo, de qualquer ponto de vista, lhe é inferior. Com certeza, conclui, Paulo deve seu progresso aos golpes baixos e aos artifícios que ajudam a carreira de uma pessoa sob o injusto sistema capitalista, denunciado por todos os livros e jornais, pelos letrados e políticos como fonte de toda desordem e miséria (2010, p. 25-26).

Ainda nessa estratégia argumentativa, onde se explora o discurso *ad hominem*, ou seja, o ataque ao sujeito, mas não a ideia, Mises (2010) baliza estruturalmente seus ataques aos artistas da Broadway e de Hollywood:

As inúmeras pessoas a quem o capitalismo proporcionou rendimentos confortáveis e lazer vivem à busca de divertimento. Multidões frequentam os teatros. Há dinheiro no mundo do espetáculo. Atores populares e dramaturgos recebem somas compostas de, no mínimo, seis algarismos. Vivem em verdadeiros palácios com mordomos e piscinas. É evidente que não passam fome. Mesmo assim, Hollywood e Broadway, os famosos centros da indústria do espetáculo, são focos de comunismo. Autores e atores podem ser identificados entre os mais fanáticos defensores do regime soviético (MISES, p. 30).

Essa característica argumentativa de Mises nucleia a defesa do regime capitalista sob uma ótica individual, que menospreza o macro debate econômico sofisticado e o rebaixa ao consumo cotidiano oriundo de um sistema especificado na circulação de mercadorias em diálogo com uma classe dominante que visa ampliar seu capital em exploração a outra que, compulsoriamente, necessita vender sua força de trabalho em troca de um salário, conforme vimos anteriormente. Para Mises, essa complexidade sistêmica do modo de produção capitalista é negligenciada a partir de um tópico simples: a competição. Vejamos como o autor lida com essa abordagem a partir de uma afirmação deveras simples:

A tão falada dureza do capitalismo consiste no fato de ele tratar cada um de acordo com a contribuição que este oferece ao bem-estar do seu semelhante. A força do princípio a cada um de acordo com seus feitos não dá margem a escusar falhas pessoais. O indivíduo sabe muito bem que existem pessoas iguais a ele que obtiveram sucesso onde ele falhou. Sabe que muitos daqueles que inveja são pessoas que se fizeram pelo próprio esforço e que partiram do mesmo ponto onde ele começou. E, muito pior, sabe que os outros também sabem disso. Ele vê nos olhos da mulher e dos filhos a reprovação silenciosa: “Por que você não foi mais esperto?” Ele vê como as pessoas admiram quem obteve mais sucesso do que ele e como contemplam com desprezo ou com piedade o seu fracasso. (MISES, 2010, p. 19).

Para o austro-americano (p. 18), “quem reclama da injustiça do sistema de mercado, cabe somente um conselho: se quiser enriquecer, tente satisfazer o público oferecendo-lhe algo

mais barato ou de que ele goste mais”, pois o “mercado é democrático”, inclusive para aqueles que não queriam se “enriquecer” e optem por “escrever poemas ou filosofia”. E qual a conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista que constrói essa “concorrência democrática”? Trata-se do núcleo deste trabalho: o *empreendedorismo*.

É a dimensão antropológica do homem-empresa. Diferente do liberalismo clássico e do empreendedorismo nos contextos anteriores, os autores neoliberais, ao priorizarem a dimensão agnóstica da competição e rivalidade no âmbito dos agentes individuais, obstruem a formulação determinada a características de compreensão macro e adicionam determinações subjetivas a fim de individualizar a vida econômica, ou seja, o espírito empreendedor é o que determina o êxito nas oportunidades e o Estado é um obstáculo ao buscar regular tal condição.

Para Mises, em *A ação humana*, qualquer intervenção estatal no âmbito de regulação do mercado deve ser encarada como despótica; a função única do Estado é garantir a “democracia competitiva” através do espírito do empreendedorismo e nessa formulação o mercado se auto-regula não pela “mão invisível”, como prega o liberalismo clássico, mas por algo psicologizante atribuído a uma ação consciente e determinada a atingir um objetivo, conforme se ancora a fraseologia de Mises:

O mercado não é mais o “ambiente” natural no qual as mercadorias circulam livremente. Não é “meio” dado de uma vez por todas, regido por leis naturais, governado por um princípio misterioso do equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autoregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado, poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139).

Mises compreende, portanto, que o mercado é “autoconstrutivo”, ou seja, o ser humano funciona como sujeito ativo nesse contexto. A finalidade da ação humana é o mercado, é a *ontologia do ser empreender* e, portanto, ele passa por um processo educativo ao reproduzir essa dimensão. Se para Marx, a *ontologia da nossa espécie é o trabalho*, onde nos recriamos e nos auto-conhecemos, conforme atestam as primeiras ações já na pré-história, quando o sujeito, para cumprir suas funções básicas, necessita produzir ferramentas para transformar a natureza,

para esses autores neoliberais de matriz austro-americana, é através do mercado que o sujeito se reconhece, ou seja, através do empreendedorismo:

A ação humana tem uma finalidade. Esse é o ponto de partida, e é essencial: a partir do impulso para realizar essa finalidade, ele não vai trocar aquilo que por acaso tem a mais – peles de coelho ou peixes com os quais não sabia o que fazer -, como supunham os primeiros teóricos da ordem do mercado, mas vai empreender e, ao empreender, vai aprender. Vai estabelecer um plano de ação e se lançar em empresar, vai eleger objetivos e destinar recursos a eles, vai construir, como diz o discípulo e continuador de Von Mises, Israel Kirzner, “sistemas fins-meios” em função de suas próprias aspirações. [...] O ser referencial desse neoliberalismo não é primeiro e essencialmente o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, mas o homem da empresa que escolhe um objetivo e pretende realizá-lo. Von Mises deu a fórmula desse homem: “Em toda economia real e viva, todo ator é sempre empreendedor” (MISES, 2010, p. 140)

O papel do Estado nessa nova movimentação é incentivar a potencialidade “subjetiva” empreendedora do sujeito no processo formativo. O governo de si mesmo através do ethos do empreendedorismo deve ser fortificado em conjunto a movimentação da democracia da circulação de mercadorias e do consumo; qualquer coisa distante disso é “ditadura de Estado”.

Hayek, no clássico artigo “Economia e conhecimento” (1937) - reproduzido anos depois (1948) pelo famoso pólo neoliberal acadêmico da Universidade de Chicago - esboça, inclusive, uma proposição de currículo que atenda tal determinação receitada nos valores do sujeito da ética do empreendedorismo. Sua crítica é direcionada ao ensino na área de humanas, a qual não teria nenhuma função em um contexto demarcado por um sistema nucleado no propósito competitivo. A função do ensino deveria ser maximizar um conhecimento voltado estritamente ao mercado, conforme ele alerta:

A conclusão, portanto, que devemos tirar, é que o conhecimento relevante que a pessoa deve possuir para que o equilíbrio possa prevalecer é o conhecimento que é obrigado a adquirir levando em conta a posição na qual encontra-se originalmente, e os planos que então formula. Certamente, não é todo o conhecimento que, caso o adquirisse por acidente, seria-lhe útil e a levaria a modificar seu plano. Podemos, portanto, ter muito bem uma posição de equilíbrio somente porque algumas pessoas não têm chance de aprender sobre fatos que, se conhecessem, teriam feito com o fato de que alterassem seus planos. Ou, em outras palavras, é provável que um equilíbrio seja atingido somente com respeito ao conhecimento que uma pessoa é obrigada a adquirir no transcurso de sua tentativa de realizar seu plano original. [...]Mesmo que tenhamos saltado por cima de um ponto essencial em nosso argumento, ainda acredito que, pelo que está implícito em seu raciocínio, a

economia chegou mais perto do que qualquer outra ciência social de uma resposta para a questão central de todas as ciências sociais: como é possível que a combinação de fragmentos de conhecimento existentes nas diferentes mentes possa produzir resultados que, para serem provocados de forma deliberada, exigiriam um conhecimento da parte da mente dirigente que nenhum indivíduo pode possuir? Mostrar que, neste sentido, as ações espontâneas dos indivíduos irão, sob condições que podemos definir, produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se estivesse seguindo um único plano, embora ninguém o tenha planejado, parece-me de fato uma resposta ao problema que tem sido metafóricamente descrito, algumas vezes, como o problema da “mente social”. (2015, p. 68-69)

Objetivamente, ao compreender o mercado como ontologicamente determinado ao sujeito, os neoliberais alertam que, quanto mais conhecimento os sujeitos têm acerca da dinâmica do mercado, conseqüentemente, eles terão uma renda maior que profissões formadas no ensino convencional; portanto, para esses autores, o mercado é uma escola, é “um processo de formação em si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145). Nessa ordem, o espírito do empreendedorismo não está vinculado somente a uma conjectura “economizante”, mas vai além, é o sujeito atento a possibilidades de “descobrir, detectar ‘boas oportunidades’ num processo que envolve equilíbrio, aprendizado e adaptação.

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo um inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor de crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por suas intervenções específicas na circulação de bens (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145).

Mises, em *Ação humana* (2010, p. 390), resume o empreendedor como aquele sujeito que se arrisca em torno das diferenças de preço entre os fatores de produção e os produtos, ou seja, sua diretriz deve se pautar pelo monetarismo presumido pelas incertezas das demandas reivindicadas pelos consumidores, conclusivamente, a partir dos riscos:

A força motriz do processo de mercado não provém dos consumidores nem dos proprietários dos meios de produção – terra, bens de capital e trabalho –; provém dos empresários que inovam e especulam. São pessoas que buscam o lucro, tirando proveito das diferenças de preços. Mais perspicazes e com maior visão do que os outros homens, procuram descobrir oportunidades de lucro. Compram quando e onde consideram que os preços estão muito baixos e vendem quando e onde consideram que os preços estão muito altos.

A partir dessas dimensões, devemos compreender, portanto, que o sujeito do mundo neoliberal não cabe uma formação crítica ao modelo de sociedade presente, mas sim, uma determinação que amplifique seus aspectos individuais, empreendedores, ou seja, que dissolva qualquer condição de consciência de si como um sujeito coletivo, pertencente a uma classe social que vende sua força de trabalho, para o condicionante de antever uma possível demanda e, a partir dali, desenvolver um produto especificado para seu retorno lucrativo, trata-se não mais do trabalhador, mas do *homem--empresa*.

Comentários finais

Diante do que foi exposto no presente artigo, devemos aproximar ao conjunto das discussões a validade que esse projeto neoliberal, que vincula organicamente o sujeito a um ideário de empresa sob a roupagem do empreendedor, tem tomado no processo formativo. A partir dessas reflexões, cabe introduzir questões firmes de qual modelo queremos nesses processos formativos.

O deslocamento do sujeito crítico e de consciente vem sendo substituído pelas formulações que visam trazer falseadamente uma concepção ontológica que naturalize o ideário de mercado numa condição ultra individual e conformada com o modelo neoliberal, nas diversas esferas da superestrutura do presente modo de produção capitalista. Conclusivamente, a proposta deste trabalho é elevar formular contribuições acerca do tema e trazer o alerta de suas proposições a partir do bloco histórico neoliberal neoconservador.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DARDOT & LAVAL, P; C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935.** Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAYEK, F. A. **Economia e conhecimento.** MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, Volume III, Número 1 (Edição 5). São Paulo, p. 55-70, Janeiro-Junho, Mises Brasil.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

PAULANI, Leda. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses.** In: LIMA, Julo CONFERIR SE É JÚLIO César França Lima; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil, (p. 67-107). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO JR., Amauri. **A privatária tucana.** São Paulo: Editora Geração, 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 15ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A “nova” direita e as transformações na pedagogia política e na política da pedagogia.** In: GENTILI, Pablo et alii (orgs). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VON MISES, Ludwig. **Ação Humana.** São Paulo: Instituto Ludwig Ludwig von Mises, 2010a.

_____. **A mentalidade anticapitalista.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010b.